



## A TRAJETÓRIA DA PROFESSORA EUNICE PRUDENTE: PRIMEIRA PROFESSORA NEGRA DA FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO<sup>1</sup>

### THE PATH OF PROFESSOR EUNICE PRUDENTE: FIRST BLACK TEACHER OF THE FACULTY OF LAW OF THE UNIVERSITY OF SÃO PAULO

Ricardo Alexandre da Cruz

Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da Universidade Estadual de Campinas  
(PAGU/Unicamp)  
ridacruz@yahoo.com.br

#### Resumo:

Este trabalho visa apresentar uma personalidade negra, que semelhante a inúmeras outras, ficam, propositalmente, desconhecidas e têm suas biografias silenciadas na sociedade brasileira. Isto é, o trabalho apresenta a trajetória da professora Eunice A. J. Prudente, Mulher, negra, filha de operários que se torna a primeira professora negra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além de ocupar outros cargos de destaque na sociedade. Para a realização deste trabalho, utilizamos alguns conceitos presentes ao longo da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu, com os conceitos de *habitus*, *capital cultural*, *capital social* e *campo social*. A fim de identificar quais foram as estratégias empregadas pela professora, empregou-se como metodologia a reconstrução da trajetória da professora Eunice Prudente por meio de entrevista.

**Palavras-chave:** Negros e Educação; ascensão educacional e social; Trajetórias.

#### Abstract:

This work aims to present a black personality that, similar to countless others, are, on purpose, unknown and have their biographies silenced in Brazilian society. That is, the work presents the teacher's trajectory Eunice A. J. Prudente, a black woman, daughter of workers who becomes the first black professor at the Faculty of Law of the University of São Paulo, in addition to occupying other prominent positions in society. To carry out this work, we used some concepts present throughout the work of the French sociologist Pierre Bourdieu, with the concepts of *habitus*, *cultural capital*, *social capital* and *social field*. In order to identify which strategies were used by the teacher, the methodology used was to reconstruct the trajectory of teacher Eunice Prudente through an interview.

**Keywords:** Negroes and Education; educational and social rise; Trajectories.

---

<sup>1</sup> Dedico este artigo a professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente e a parabenizo pela luta incessante contra as desigualdades raciais, de gênero e sociais em nosso país. Agradeço, imensamente, a professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente pelas entrevistas a mim concedidas, pela cordialidade e afetuosidade.

Uma vivência, algo pelo qual simplesmente eu passei, eu atravessei, ou algo que me aconteceu, ela não é nada se ela não puder ser transformada em alguma narrativa compartilhável e transmissível ao grupo ao qual eu pertença. É a transmissão, é o compartilhar, que transforma a vivência em experiência.

**Walter Benjamim**

Este trabalho trata da trajetória de uma mulher negra, chamada Eunice Prudente<sup>2</sup>. Trata de uma personalidade inspiradora e que este trabalho tem como objetivo apresentar e registrar. Desta forma, analisei a trajetória de Eunice Prudente, mas o que há de espetacular e singular na trajetória dessa mulher negra? O que justifica registrar e evidenciar a história e a trajetória dela? É que essa mulher, negra, vinda das camadas populares tornou-se professora titular de direito em uma das mais importantes universidades da América Latina e em uma das faculdades mais tradicionais do Brasil, a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Assim, é fundamental destacar e evidenciar a trajetória da professora Eunice Prudente com o objetivo de contribuir para diminuir a invisibilidade de personagens negras a partir das variadas contribuições, para a sociedade como um todo e para a população negra, as trajetórias dessas personagens fornecem a partir de suas vivências.

Quando tomei conhecimento da Chamada para Submissão do Dossiê da Revista Transversos, intitulada *O Protagonismo da Mulher Negra na Escrita da História*, logo pensei em resgatar e apresentar a difícil e paradigmática trajetória, marcada por superação, da professora Eunice Prudente. Este tipo de iniciativa (como esta realizada pela Revista) é fundamental no Brasil onde temos muitas referências negras na nossa história e, propositalmente, não sabemos de sua existência. Isto é, embora existam muitas negras e negros que se destacam ou que se destacaram em nosso país, há um silenciamento e a produção de uma invisibilidade dessas mulheres e homens negros. Com efeito, somos carentes de espaços que privilegiem e coloquem em pauta negras e negros que se destacaram em diferentes situações no Brasil. As personalidades negras no Brasil, geralmente, ficam restritas ao campo do Futebol ou da música. Nesse sentido, os negros, particularmente as crianças e jovens, ficam muitas vezes sem referências positivas de pessoas

---

<sup>2</sup> Resolveu-se utilizar o nome verdadeiro da professora por dois motivos: primeiro, porque ela é a única, pelo menos até o momento, professora negra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, o que a torna facilmente identificável. Segundo, porque a professora Eunice Prudente assinou, gentilmente, antes da realização da entrevista, um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido*, onde a professora me autoriza a utilizar a entrevista e o seu nome verdadeiro.

negras que se destacaram em outros campos da sociedade como, por exemplo, no campo das ciências.

É primordial o mapeamento e a apresentação para a nossa sociedade de homens e mulheres negras que ocuparam papéis importantes na sociedade e possuam trajetórias inspiradoras, e que servem de exemplo para outras pessoas, sobretudo, para crianças e jovens negros e negras.

É com esse ensejo que apresento a análise da trajetória da professora Eunice Prudente, Mulher, negra, filha de operários, que se torna a primeira professora negra da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, além de ocupar outros cargos de destaque na sociedade.

O trabalho objetivou identificar quais foram as estratégias empreendidas pela professora Eunice Prudente que lhe possibilitou construir uma trajetória marcada por ascensão educacional e social.

Foram levantadas, entre outras, as seguintes questões: o que possibilitou a professora Eunice – enquanto mulher, negra, vinda de família humilde – chegar ao cargo de professora titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e a lugares de destaques na sociedade, não obstante todo o preconceito de gênero, de raça, de classe que pesavam sobre ela? Quais elementos, fatores familiares, escolares, sociais, presentes na trajetória da professora Eunice possibilitaram e/ou influenciaram que ela obtivesse longevidade escolar e ascensão social?

Na realização deste trabalho utilizamos alguns conceitos presentes ao longo da obra do sociólogo francês Pierre Bourdieu. Nesse sentido, foram utilizados os conceitos de *habitus*, *capital cultural*, *capital social* e *campo social*. A fim de identificar quais foram as estratégias empregadas pela professora buscou-se colher dados para reconstruir a sua trajetória e para isso, realizou-se entrevista com a mesma.

Eunice Aparecida de Jesus Prudente nasceu em 10 de setembro de 1946, no bairro da Mooca, em São Paulo. Foi educada, em São Paulo, na Escola pública São Teodoro, que era mantida pelo colégio Sion (onde ela estudou de 1959 a 1962), e depois no colégio público Domingos Faustino Sarmiento (1963- 1966). Filha de pai metalúrgico e mãe tecelã. O primeiro veio da zona rural de Mococa, cidade do interior de São Paulo, e a segunda da zona urbana de

Jundiaí. Segundo a professora Eunice “eles se conheceram morando na Mooca, num movimento chamado Juventude Operária Católica – JOC<sup>3</sup>, onde se discutiam as condições dos trabalhadores”.

Como se pode perceber na fala acima, a professora Eunice Prudente nasceu numa família de militantes. Aliás, é justamente num movimento social que seus pais se conhecem e constituem família. Esse é um dado importante uma vez que alguns estudos<sup>4</sup> apontam para o papel fundamental que a família negra tem na trajetória dos sujeitos negros no sentido de que a família contribui na formação de um determinado perfil, no forjamento da identidade, conformando um *habitus* como deixa transparecer a professora ao se identificar como negra: “o fato de me considerar negra está intimamente ligado à minha família”.

Aqui é oportuno apresentar o conceito de *habitus*, conceito que servirá de referência para todo o texto. O *habitus* pode ser entendido como um determinado estilo de vida que o indivíduo exterioriza, é uma espécie de marca individual e intransferível que a pessoa porta e que sustenta os julgamentos, uma determinada visão de mundo. Nesse sentido, o *habitus* pode ser entendido como um “sistema de sinais distintivos” que é composto por um conjunto de “características adquiridas [pelos sujeitos] no seu processo de socialização e incorporadas de modo a possibilitar-lhes as concepções e habilidades necessárias para a sua vida individual e social” (Oliveira, 2004, p. 83). Essas concepções e habilidades, que são aprendidas e apreendidas pelos sujeitos, é que constituem as estratégias, as táticas engendradas e aplicadas por eles em suas trajetórias individuais e socioeducacionais.

Feito esse comentário, voltemos a trajetória da professora Eunice Prudente, tentando identificar os elementos que a possibilitaram incorporar um determinado *habitus*. Assim, a professora prossegue contando que cresceu numa família que se interessava pela questão racial e isso marcará toda a sua trajetória social e educacional:

Sempre tive muito envolvida com a questão racial por causa de minha família. Veja, da parte de minha mãe, meu avô integrou a Frente Negra Brasileira, meu avô materno, que era de Jundiaí da área urbana. Minha avó materna dizia que eu não conheci o senhor Arlindo Silva<sup>5</sup>, mas ela o hospedava na casa dela,

---

<sup>3</sup> A Juventude Operária Católica (JOC), movimento social pertencente a Igreja Católica, surge no Brasil a partir da década de 1920 e ganha maior importância a partir da década de 1950 quando coloca em sua pauta os problemas e questões ligadas às classes trabalhadoras no Brasil.

<sup>4</sup> Sobre o papel que a família negra exerce na vida escolar da criança negra consultar, entre outros, Cunha Júnior (1987) e Barbosa (1987).

<sup>5</sup> Aqui a professora parece ter se enganado. Provavelmente, ela estava se referindo a Arlindo da Veiga Santos, nascido em Itu, em 1902 e falecido em São Paulo em 1978. Arlindo Veiga Santos, foi um dos principais líderes da população negra na primeira metade do século XX e presidente, nos anos de 1931 a 1937, da maior entidade negra da História do Brasil, a Frente Negra Brasileira.

assim como alguns nomes que hoje lembram a História, e a gente vê por que aquelas pessoas existiram mesmo. Então, quando eles percorriam as cidades com as causas da Frente Negra Brasileira, em Jundiá, ficavam hospedados na casa de minha avó e ela tinha muito orgulho disso.

Ainda como aluna da escola Domingos Faustino Sarmiento, orientada por um amigo da família, o Coronel Antônio Marcelo, presta concurso para escriturária na Caixa Beneficente da Guarda Civil do Estado de São Paulo. Sendo aprovada, permanece neste cargo até prestar novo concurso, em 1969, também para escriturária no Instituto Oceanográfico da USP.

Em 1968, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo e cinco anos depois, 1972, conclui o curso. No ano de 1980, obtém o título de mestre em Direito Público com o trabalho intitulado “*Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil*” sob a orientação do professor Dalmo de Abreu Dallari<sup>6</sup>. Por indicação desse mesmo professor, é contratada para o cargo de docente da Faculdade de Direito em 1985. Nove anos depois, em 1994, torna-se professora titular da Faculdade de Direito e em 1996 recebe o título de doutora na área de direito constitucional com a tese de nome “*Direito à personalidade integral: cidadania plena*” também sob a orientação do jurista e professor da Faculdade de Direito Dalmo de Abreu Dallari.

A professora Eunice Prudente não ficou somente no âmbito da USP, como ela mesma explica:

(...) eu não fiquei o tempo todo aqui no âmbito da USP. Quando eu comecei a carreira docente, eu deixei a carreira administrativa [da USP] e prestei o concurso para advogada da Empresa Metropolitana de Planejamento da grande São Paulo (Emprasa) e depois da companhia do Metrô (...). Nestas duas empresas públicas, na Emprasa e depois na Companhia do Metrô, ocupei cargos de coordenação, de chefia de advogados.

Além de atuar como advogada dessas empresas, a professora ao longo de sua trajetória alcançou sucesso profissional ocupando cargos de destaques. Em alguns deles sua presença na condição de mulher negra constituiu-se num marco por ser um fato inédito, como ocorreu no caso da Faculdade de Direito, onde a professora Eunice Prudente era a primeira mulher negra (e única) a lecionar em seus quadros.

A professora Eunice Prudente foi também a primeira mulher negra a assumir, de 1999 a 2001, a Diretoria Executiva do Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor – Procon.

---

<sup>6</sup> Dalmo de Abreu Dallari é um dos mais importantes juristas do Brasil, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e professor catedrático da UNESCO na cadeira de *Educação para a Paz, Direitos Humanos, Democracia e Tolerância*.

No entanto, ao assumir a Secretaria da Justiça e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo, em março 1996, é que ela passa à história como a primeira mulher a ocupar o cargo de secretária da justiça. Cargo até então nunca ocupado por nenhuma mulher, negra ou branca.

Com efeito, ao conferir na Secretaria de Justiça, constatou-se que o cargo existe desde 1892 e por ele passaram 74 secretários. Portanto, em mais de cem anos de existência só homens haviam assumido o cargo, entre eles, alguns bastante ilustres, como Washington Luís e Miguel Reale. Assim, a única mulher da lista de secretários da justiça é a professora Eunice Prudente, que ficou no cargo de 31 de março de 2006 a 31 de dezembro do mesmo ano.

A professora não só se identifica como negra como atua em sua vida profissional e acadêmica com questões ligadas às relações raciais. A sua dissertação de mestrado intitulada “Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil” defendida em 1980 é um bom exemplo da sua militância e do seu envolvimento com as questões ligadas ao negro. Nesse trabalho, que foi publicado pela editora Julex em 1989, a professora Eunice Prudente busca entender por que, no Brasil, a discriminação racial não era considerada como crime e a partir da pergunta “o que é o crime?”, ela tenta demonstrar, que o direito no Brasil não possuía as ferramentas necessárias para tipificar a discriminação racial como crime<sup>7</sup>. No doutorado, ela trata das diferentes formas que o preconceito racial é assimilado nos grandes, médios e pequenos meios urbanos.

O envolvimento da professora Eunice Prudente com o tema pode ser verificado também quando se observa o seu Currículo Lattes. Esse mostra que ela possui vários artigos sobre o tema e participou de vários eventos que tratam da questão do negro no Brasil. Além de escrever sobre assuntos relacionados ao negro, principalmente sobre a atuação do judiciário frente à aplicabilidade das leis antidiscriminatórias, a professora coordena atualmente um grupo de pesquisa intitulado Núcleo de Pesquisa e Estudos Interdisciplinares do Negro Brasileiro – NEINB na USP.

Um dos primeiros elementos a ser observado na sua trajetória é o papel fundamental que a sua família parece ter exercido sobre ela no sentido de lhe possibilitar perceber a educação como um valor, e constituir uma identidade racial que a ajudou adquirir uma consciência de seu pertencimento racial.

---

<sup>7</sup> Com a Constituição de 1988 e outras regulamentações como a da Lei 7.716/89 a Discriminação racial passa a ser crime tipificado, isto é, é proibido discriminação de raça, cor, etnia. As penas variam de um a três anos de reclusão e multa.

A educação era percebida como algo importante pelos pais da professora Eunice Prudente. Em relação à família de seu pai ela conta que eles residiam em fazendas e que o seu pai não teve muito estudo, o que não significa que a educação não fosse percebida, pela família, como um bem, como algo importante que podia viabilizar melhores condições de vida. A sua avó paterna sai da fazenda, em que residia com seus filhos, devido à ação de fazendeiros que aproveitando da morte de seu marido, tomaram suas terras. Dessa forma, a avó da professora, ajudada por um compadre, muda com os seis filhos para uma fazenda onde as condições de vida e a escola era melhor.

Essa mudança da avó paterna da professora Eunice Prudente para a fazenda do Banco do Brasil surtiu seus efeitos, pois, segundo ela, os seus tios mais novos tiveram uma escolaridade maior do que a do seu pai. Outra questão interessante é que a avó paterna da professora Eunice não encerra seu itinerário na fazenda do Banco do Brasil, onde as condições eram melhores. Pelo contrário, dessa fazenda ela se dirige para a capital e vai residir na Mooca.

Essa decisão aconteceu talvez por perceber que, na capital, ela teria condições ainda melhores do que tinha na fazenda do Banco do Brasil. Os estudos e o sucesso profissional obtidos por uma tia paterna da professora Eunice Prudente podem estar relacionados com o fato da avó dela ter vindo residir na capital. Segundo a professora, essa sua tia de nome Ana Florença de Jesus Romão, formou-se em contabilidade e prestou concurso na Rede Ferroviária Federal ocupando cargos importantes nesta empresa. Além do mais, conta a professora que essa tia foi dirigente nacional da Juventude Operária Católica – JOC e que sempre esteve envolvida com questões ligadas ao movimento negro.

No que diz respeito à família da professora Eunice Prudente por parte da mãe percebe-se como a família parece ter assimilado a educação como algo importante. Eunice menciona que tanto a sua avó como sua mãe e seus tios foram escolarizados.

É interessante observar que a sua avó não só é alfabetizada como parece possuir o hábito de leitura sendo ela mesma assinante de um jornal em Jundiaí. E que a leitura desse jornal, e quem sabe de tipos de textos, lhe serviam de base para discussão como aponta a professora Eunice. Ela lembra sempre da avó materna com os óculos lendo jornal, a lembrança desse hábito de leitura de sua avó pode ter deixado referências positivas para a neta sobre a prática da leitura.

Assim, pode-se dizer que embora a professora Eunice Prudente derivasse de um núcleo familiar de baixo capital econômico, ela pôde contar, por outro lado, com um restrito, mas



eficiente capital cultural que lhe foi passado pela sua família, como por exemplo, as referências do hábito de leitura da avó materna, com quem ela convivia, que parece ter possibilitado que nela constituísse um *habitus*, isto é, uma disposição incorporada para os estudos (Bourdieu, 2008). Além disso, embora os seus pais não tenham seguido uma trajetória educacional marcada por longevidade escolar, eles eram alfabetizados e parece, como se verá adiante, que tinham consciência da importância de educar seus filhos.

Um outro elemento que a família parece ter transmitido a ela é uma apurada consciência racial no sentido de ela se perceber como negra e se aceitar como tal. Esse é um fator importante tendo em vista que para a criança negra é imprescindível receber, desde cedo, orientações sobre algumas práticas discriminatórias que essas podem estar sujeitas no seu processo de socialização como, talvez, o mais importante deles: o ingresso na escola.

A falta de orientação na família [negra] sobre a questão racial causa uma situação de “estranhamento” na criança, a partir, principalmente, do momento em que ela inicia seu processo de socialização na escola, quando, então ela passa a ser objeto de rejeição (primeiro contato com processo de exclusão do diferente): xingamentos, rejeição nas brincadeiras infantis, etc. Muitas vezes, a criança não consegue verbalizar esse sentimento de rejeição e as consequências surgem, sendo uma delas, a resistência para ir à escola (CUNHA, apud OLIVEIRA, p. 18, 2004).

Oliveira (2004, p. 18) em sua tese de doutorado intitulada “Mulher negra professora universitária – trajetória, conflitos e identidade”, comenta também que:

A família negra tem influência importante e papel fundamental na socialização do indivíduo, para que ele compreenda as diferenças étnico-raciais de nossa sociedade e também para preveni-lo de situações constrangedoras de práticas discriminatórias. Portanto, a família não deve silenciar sobre a realidade étnica, mas desenvolver na criança a interiorização de imagens positivas sobre características como: traços físicos, cor da pele, cabelo, etc (...).

Nesse sentido, a família da professora Eunice Prudente parece lhe ter transmitido, desde muito cedo, uma consciência racial, que ao longo de sua trajetória vai se constituindo e se traduzindo num certo *habitus* racial, no sentido de lhe informar que as relações sociais em vários momentos da vida cotidiana, poderiam ser permeadas por práticas discriminatórias e que era importante tomar consciência dessa realidade para poder aprender a lidar com essas situações.

Essa postura da família da professora tanto frente à educação como em relação às questões raciais favoreceu para que nela ocorresse um processo de formação de um *habitus* que a predispunha não somente a valorizar a educação, mas também construir uma consciência racial



marcada pela aceitação de si mesma, enquanto negra. Note-se que “o habitus é simultaneamente a grade de leitura pela qual percebemos e julgamos a realidade e o produtor de nossas práticas (BONNEWITZ, 2003, p. 78).

A professora Eunice Prudente fez o vestibular em 1969 e aprovada para o curso de Direito da USP.

Uma vez dentro da Faculdade de Direito, como aluna e funcionária continua a ampliar e a utilizar um eficiente *capital social*.

O *capital social*, segundo Bourdieu (2008), funciona como um verdadeiro investimento do qual o sujeito tira partido de sua rentabilidade traduzida em relações duráveis e úteis para a vida social do indivíduo.

A professora Eunice articulou de modo muito eficaz, uma rede de relações sociais que conheciam e reconheciam sua competência e que estavam dispostos a ajudá-la a superar os eventuais obstáculos que poderiam ameaçar seus objetivos, como a discriminação racial.

Na qualidade de aluna de Direito, a professora não se limitou a acompanhar a militância dos outros estudantes. Ela também atuou de forma militante, mas uma militância que estava mais preocupada com as questões raciais, com a situação do negro, tanto é que ela juntamente com mais dezenove alunos formava um grupo chamado: Grupo dos 21. Embora o número de integrantes fosse de 20 estudantes negros. A professora Eunice comenta o fato dizendo que “*Não sei por que alguém achou que número (era) 21. Até hoje eu brinco com alguns que eu encontro, porque na verdade contando éramos 20 (...)*”. Segundo a professora eles se reuniam “*sempre para discuti a questão racial, e, inclusive, apresentar seminários (...)*”.

Esse grupo dos 21 estudantes de direitos negros (que na verdade era composto por 20 pessoas), além de promover debates sobre temas ligados à educação, promovia também, segundo a professora, feiras culturais, palestras que contavam com a presença de personalidades negras e de destacados estudiosos das questões raciais no Brasil como Florestan Fernandes.

Um aspecto interessante é que na mesma época da existência do grupo dos 21<sup>8</sup> havia um forte movimento estudantil no interior da Faculdade de Direito da USP. Segundo Martins e Barbuy (1999, p. 219) “A Sala dos Estudantes ‘ferviam’ durante os debates” e, ainda, que na cantina do Centro Acadêmico XI de Agosto, os alunos reuniam não só para fazerem suas refeições

---

<sup>8</sup> O grupo, pelo que parece, existiu no período de 1968 a 1972, ou seja, durante a graduação da professora na Faculdade de Direito.

como também para discutirem tanto que a cantina era “o maior reduto de atividades políticas da São Francisco” (MARTINS & BARBUY, 1999, p. 219). No entanto, não obstante toda essa efervescência política no interior da Faculdade de Direito, o movimento estudantil, assim como o movimento operário como já foi citado acima, não parece dispensar maiores atenções à temática racial sendo necessária a criação, pelos alunos negros, de um grupo à parte para discutirem assuntos relacionados às questões raciais.

Embora, segundo a professora Eunice Prudente, todos os membros do grupo dos 21 fizessem parte do Centro Acadêmico XI de Agosto, eles parecem travar uma luta solitária em relação às questões raciais no interior dessa organização estudantil. Parece que eram esses estudantes negros que colocavam na pauta acadêmica da faculdade de Direito, debates em torno da questão do negro uma vez que segundo ela: “O movimento estudantil ainda não tinha apreendido a questão racial”.

A futura professora das arcadas cursa o mestrado e o doutorado, como já foi dito no início do texto, também na Faculdade Direito de São Paulo. A passagem dela pelo mestrado e pelo doutorado marca um outro momento decisivo na trajetória educacional e socioprofissional da professora. Isto é, é nesse processo que a professora consolida e amplia seu *capital cultural*. *Capital cultural* que será vital em sua trajetória.

O capital cultural, diferentemente do capital econômico, é incorporado ao indivíduo, uma vez que o mesmo é parte constitutiva do próprio sujeito. Bourdieu (2008) informa, que o *capital cultural* se manifesta por meio de três estados: o estado incorporado, que seria a possibilidade de o indivíduo dispor de tempo e meios para poder efetuar um trabalho pessoal de inculcação do conjunto das qualificações intelectuais. O estado objetivado seria a posse pelo sujeito de bens culturais como as pinturas, escritos, trabalhos de artes plásticas, obras de artes em geral. E por fim, o estado institucionalizado, que seria o reconhecimento legal, burocrático do *capital cultural* visível nos diplomas, certificados escolares etc.

Com efeito, de posse desse *capital cultural*, no seu estado incorporado e institucionalizado, formadores de um determinado *habitus* profissional, que a professora consolida a sua trajetória de ascensão social e viabiliza sua entrada no quadro docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

A professora cursa o mestrado e o doutorado tendo como orientador o professor Dalmo de Abreu Dallari. O professor Dallari, pertencente à rede de relações sociais da professora Eunice

Prudente, contribuiu não somente para sua vida acadêmica como também foi vital no sentido de viabilizar a sua entrada na qualidade de professora na Faculdade de Direito, em 1985, como primeira professora negra da história da instituição, e, sobretudo a ajudou permanecer na Faculdade de Direito. De fato, uma trajetória como a dela, na condição de mulher negra e pobre, envolve vários desafios e obstáculos. Assim, quando a professora Eunice Prudente é indicada pelo professor Dalmo Dallari e contratada pode-se dizer que ela havia superado as barreiras de entrada no quadro docente da Faculdade de Direito. Porém, os obstáculos ligados à sua permanência na condição de professora negra nessa instituição, não tardariam a entrar em cena.

Pois, segundo Oliveira (2004, p. 97):

Não há dúvidas de que obstáculos sempre existem quando se busca superar os limites já alcançados, principalmente, quando não fazemos parte dos grupos mais favorecidos. Quando os desfavorecidos enfrentam questões como o preconceito e a discriminação racial, de classe social e de gênero, percebe-se que as dificuldades exigem maior desafio e empenho para serem superadas.

De fato, não foram poucas as dificuldades enfrentadas pela professora Eunice Prudente, sobretudo na sua entrada e permanência, na qualidade de professora da Faculdade de Direito da Universidade São Paulo, mas seu *capital cultural* aliado ao seu *capital social*, materializado na pessoa do professor Dalmo Dallari, possibilitou-lhe a superação dos obstáculos relacionados ao fato dela ser negra. Acompanhemos o seu relato:

É eu me lembro de ter tido sim, questões raciais não só com alunos, mas com professores também. Embora eu diria que acabei conquistando, principalmente dos professores do departamento (...) a minha confiabilidade(...)

Não obstante as dificuldades, ela faz carreira docente na Faculdade de Direito e em 1994 consolida a sua presença nesta Faculdade tornando-se professora titular. Tornar-se professora titular da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo confere ao indivíduo status, reconhecimento, autoridade e prestígio. E é justamente por conferir esse capital simbólico é que a entrada e a permanência no quadro de professores das Arcadas, do Largo de São Francisco é muito disputada e difícil, mesmo para aqueles que não trazem marcas raciais e de origem social desvalorizadas pela sociedade como era o caso da professora. Vejamos a fala de uma das professoras da Faculdade de Direito, Ada Pellegrini Grinover, sobre os concursos da Faculdade de Direito e da representação que se tem quando se é professor dessa instituição:

(...) mas de fato, mesmo quando não havia competição, achava-se que os concursos deviam ser humilhantes para os candidatos. Humilhava-se o candidato para depois aprová-lo. Mas a verdade é que a competição é muito

acirrada porque ser professor titular da Faculdade de Direito de São Paulo representa algo muito valioso. Até em termos profissionais. É uma coisa cobiçada. Talvez em outras unidades da USP não se tenha essa idéia. No Direito, ser titular representa muito. Com a titulação, passam a ser muitas as solicitações de pareceres, os convites para conferências, palestras, há uma projeção política, social, os jornais abrem suas páginas, escreve-se em qualquer revista, nacional, internacional. (Depoimento da professora Alda P. Grinover. Presente no livro “As Arcadas” de MARTINS & BARBUY, 1999, p. 298-299).

Assim, para a professora Eunice Prudente, tornar-se professora da Faculdade de Direito, na condição de mulher negra, representou também um dos principais momentos de tensões raciais vividos por ela na sua trajetória. Essas tensões eram expressas na sua relação com alguns colegas de departamento e com alguns alunos. Em relação aos professores ela comenta: “(...) Mas é verdade que [em] alguns [professores] eu percebia aquilo que é uma situação muito comum na cultura brasileira: *que o negro tem o seu lugar, e eu já estava fora do meu lugar.*”

Oliveira (2004, p. 123), no seu trabalho sobre mulheres negras universitárias, já citado, constata algo parecido com o que foi mencionado pela professora Eunice: “Há certo estranhamento por parte dos colegas brancos, apesar de trabalharem juntos. O que prova que apesar da competência, elas [mulheres negras] estão fora do lugar a ela reservada no imaginário coletivo brasileiro.”

Parece ser bastante comum esse tipo de atitude em relação aos negros que ocupam cargos de prestígio e de destaque. Ou seja, as pessoas parecem assumir uma postura de descrença em relação à competência do indivíduo negro e um certo estranhamento de ver uma pessoa negra ocupando um espaço que geralmente não é ocupado por pessoas com esse perfil racial. No caso da professora Eunice Prudente, ela narra que até mesmo o professor Dalmo Dallari foi questionado sobre o motivo que o levou a tê-la escolhido para sua assistente: “Já me contou o professor Dalmo, que ele também já foi questionado por que a Eunice é sua assistente? Isso em tempos passados, ele também foi questionado. Isso já ocorreu... é, então as situações de discriminação são enfrentadas sim.”

Embora tenha enfrentado essas situações de discriminação, ela conseguiu consolidar sua carreira no magistério superior numa instituição de prestígio e tradição, como é o caso da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Mas, o sucesso profissional da professora Eunice Prudente não se resumiu somente ao âmbito universitário. A ascensão social e profissional dela também pode ser reconhecida nos importantes cargos que a professora ocupou no Procon, na OAB, onde desempenhou a atividade de diretora desse órgão, e talvez, o mais importante

deles, que foi a sua passagem pelo cargo de secretária da Secretaria de Segurança e Defesa da Cidadania do Estado de São Paulo.

Como já exposto, tanto no Procon, como também na Secretária da Justiça, ela foi a primeira mulher negra a ocupar cargos de destaques nesses espaços. Esse é um fato interessante porque se de um lado mostra a autodeterminação e o coroamento de sucesso de uma trajetória, que levou a professora a obter sucesso e reconhecimento profissional por meio da formação e articulação de *capital social* e cultural, por outro, o fato de a professora ter sido a primeira mulher negra a adentrar esses espaços simboliza o quanto é difícil passar pelo gargalo da ascensão social, no Brasil, quando se trata de pessoas negras, pobres e do sexo feminino. Aliás, é a própria professora que constata essa realidade ao narrar a sua passagem na qualidade de mulher negra na diretoria do Procon e na Secretária da Justiça: *No Procon, eu fui a primeira mulher negra. Na Secretária, fui a primeira mulher. É na verdade, uma demonstração da discriminação de gênero, da discriminação de etnia, da discriminação racial.*

No caso da entrada da professora Eunice Prudente na Secretaria da Justiça, pode-se perceber que mais uma vez, ela contou com um capital que se revelou fundamental durante toda a sua trajetória: o *capital social*. Observemos o relato da professora: “A minha entrada na Secretária não se deu pelos partidos políticos e sim porque trabalhei com o professor Cláudio Lembo na prefeitura de São Paulo há décadas atrás e ele lembrou de meu nome. (...)”.

De fato, ao longo de sua trajetória, a professora Eunice Prudente, formou um amplo *capital cultural*, convertido em competência na sua área de atuação profissional, lhe permitiu a adentrar em espaços, em cargos de destaques na sociedade.

Foi a articulação entre esse *capital cultural* e um forte e preciso *capital social* que possibilitou a trajetória de sucesso da professora. Vale registrar, que o sujeito pode possuir um amplo *capital cultural*, mas se esse não tiver a seu serviço um eficiente *capital social*, é possível que o *capital cultural*, não redunde em ascensão social. Para entender melhor é preciso introduzir aqui a noção de *campo social*, desenvolvida por Bourdieu (2006), onde o *campo social* é por excelência um espaço de luta concorrencial. Assim, os agentes disputam uma determinada posição ou a manutenção de posições adquiridas, em lutas anteriores, em um campo específico. O interessante é que as posições distribuídas e ocupadas em um determinado campo estão relacionadas com a posse, o uso e sobretudo com o volume dos diferentes tipos de capitais que o sujeito possui.

A especificidade do campo repousa no fato de que ele se estrutura com base na distribuição desigual do *capital social* e é o *capital social* que permite ao indivíduo portador de um determinado *capital cultural* e/ou econômico circular num determinado campo. Além disso, é o *capital social* que determina a posição que um determinado sujeito vai ocupar no campo.

Os agentes que ocupam o primeiro pólo são justamente aqueles que possuem um máximo de capital social; em contrapartida, aqueles que se situam no pólo dominado se definem pela ausência ou pela raridade do capital social específico que determina o espaço em questão (ORTIZ, 1983, p. 21).

Nesse sentido, pensando a trajetória educacional da professora Eunice Prudente percebe-se a importância fundamental que o *capital social* utilizado por ela teve no sentido de determinar o rendimento de seu *capital cultural* (sobretudo aquele ligado ao certificado escolar, ou seja, aquele no seu estado institucionalizado). Um ponto interessante é que à medida que a professora foi adquirindo seu certificado escolar como bacharel em direito, seu título de mestre e seu título de doutorado, seu *capital social* se mostrou bastante versátil para atender as necessidades que a aquisição desse *capital cultural* institucionalizado demandava. Assim, a professora pôde se movimentar (no sentido de obter ascensão social) e ocupar posição de destaque no seu meio, isto é, no campo jurídico.

Segundo Bourdieu (2006, p. 212, grifos do autor.):

O campo Jurídico é o lugar de concorrência pelo monopólio do direito de dizer o direito, quer dizer, a boa distribuição (*nomos*) ou a boa ordem, na qual se defrontam agentes investidos de competência ao mesmo tempo social e técnica que consiste essencialmente na capacidade reconhecida de *interpretar* (de maneira mais ou menos livre ou autorizada) um *corpus* de textos que consagram a visão legítima, justa, do mundo social.

É importante ressaltar também que mesmo de posse de um relevante *capital cultural*, de ter ascendido socialmente, e ocupado um pólo dominante no campo em que atua a professora Eunice Prudente se queixa de que ainda assim é vítima de discriminação racial: “Quem conseguiu como eu, na minha família alguma mobilidade social através de universidades públicas... mesmo assim ainda, vai suportar a discriminação racial. Então você não é recebido com naturalidade, mesmo ocupando certos cargos.”

Esse é um dado contundente porque contraria a tese do embranquecimento<sup>9</sup> que diz que o negro quando ascende se embranquece, isto é, ele mesmo se percebe como um não-negro e é visto assim pelos outros indivíduos.

O branqueamento social corresponde à noção popular de que “o dinheiro branqueia”. Essencialmente, ele ativa o mecanismo de compensação parcial de status através do qual as pessoas de cor bem sucedidas em termos educacionais e econômicos são percebidas e tratadas como mais claras do que pessoas de aparência semelhante, mas de status inferior. Uma consequência importante do branqueamento social é que a adoção pelos não brancos socialmente ascendentes das normas e valores do estrato branco dentro do qual a aceitação social é procurada, implica normalmente a transformação do grupo negro de origem em um grupo de referência negativa. Assim, branqueamento social não só promove divisão interna entre os não-brancos, como também se encontra à base das manifestações de preconceito de mulatos ascendentes contra negros (HASENBALG, 1979, p. 240).

Para Bastide (1974, p. 184, grifos nossos):

A ascensão do homem de cor, nas duas Américas, faz-se pela incorporação ou pela interiorização, nele, dos modelos brancos [...]. Enfim, podemos dizer que este processo de embranquecimento do negro se faz, no domínio do familiar, pela passagem da família maternal à família paternal [...]. Na América Latina, o processo de integração do negro na sociedade nacional faz-se também pela aceitação do modelo dos brancos; o negro deve torna-se, para ser aceito, “um homem de alma branca”.

Fernandes (1972, p. 16), também defende uma ideia bastante parecida ao afirmar que para que o negro seja aceito no “mundo dos brancos” é necessário que ele efetue um “processo de abasileiramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de embranquecimento”.

Entretanto, a trajetória da professora Eunice Prudente é marcada por uma forte identidade racial, construída no seu núcleo familiar, contradiz a teoria do embranquecimento e alerta que é preciso se ter cuidado ao utilizá-la. Pois, nem todos os negros que ascendem socialmente assimilam posturas e práticas ligadas ao embranquecimento.

Por outro lado, os negros que ascendem, como se viu no caso da professora Eunice Prudente, não necessariamente estão livres de serem vítimas de práticas racistas. Pelo contrário, estudos mostram que quanto mais o negro se ascende socialmente mais ele está sujeito a ser vítima da discriminação racial como nos informa Figueiredo (2002, p. 102), que em sua pesquisa com profissionais liberais negros constatou:

---

<sup>9</sup> Para maiores detalhes sobre a teoria do embranquecimento consultar, entre outros, Hofbauer (2006) e Figueiredo (2002) particularmente o capítulo IV.



Os entrevistados citaram exemplos de discriminação racial, principalmente com relação ao tratamento a eles dispensado quando freqüentavam lugares (lojas e restaurantes) associados a pessoas de poder aquisitivo elevado [...]. Negros de classe média ainda não desfrutam com tranquilidade do reconhecimento de sua posição econômica/social. Conforme os dados Datafolha (1996), são os negros de nível escolar mais alto que mais falam de preconceito e da discriminação racial no Brasil, o que demonstrar uma maior sensibilidade frente à cidadania.

Oliveria (2004, p. 123), reforça a constatação apresenta acima:

A aquisição dos capitais simbólico, social e cultural abre as portas sim, mas não transforma automaticamente as representações negativas [dirigidas aos negros] ainda presas no imaginário coletivo do brasileiro coletivamente herdado pela cultura e reproduzido pelo próprio sistema educativo.

E ainda, Santos (2006, p. 169, grifos nossos) no seu estudo “Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada”, publicado no livro “Cor e Magistério”, chegou a uma constatação semelhante ao que foi dito acima,

Após a superação dos obstáculos enfrentados no processo de formação, superada também a necessidade de apoio para conseguir colocar-se nas instituições em que trabalham, os sujeitos desta pesquisa [...] mesmo após terem galgado a ascensão social, ainda a cor da pele permanece, e esta tem causado muitas dificuldades para os professores, em especial para as professoras, quando as regras da aparência são muito mais rígidas e exigentes que para os professores. Assim, para o negro ser professor universitário significa, sem dúvida, ascender socialmente. Entretanto, não significa ficar livre de discriminações raciais, uma vez que esta se dá no Brasil pela presença da pigmentação da pele, pelo tipo de cabelo e pelos traços corporais. Estas características, entretanto, não vão desaparecer do indivíduo só porque ele galgou uma posição de destaque na sociedade.

Enfim, pode se perceber nessa reconstrução da história de vida da professora Eunice Prudente, observou-se de que modo um certo *habitus* foi sendo formado, principalmente um *habitus* racial. Observou-se também, que a professora Eunice Prudente, de posse de um determinado *capital cultural* (sobretudo no seu estado incorporado e institucionalizado) articulado com um versátil *capital social*, construiu uma trajetória marcada por sucesso escolar e profissional rompendo assim, como foi visto ao longo do texto, as barreiras ligadas ao fato de sua condição de mulher e negra e sua trajetória constitui um exemplo emblemático para mulheres e homens negros no Brasil.

## Referências bibliográficas

BASTIDE, Roger. *As Américas negras*. São Paulo: Edusp, 1974.

BARBOSA, IRENE M. Ferreira. Socialização e identidade racial. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 54-55, nov. 1987.

\_\_\_\_\_. *Enfrentando preconceitos – um estudo da escola como estratégia de superação de desigualdades*. Campinas, SP: Centro de Memória da Unicamp, 1997.

BONNEWITZ, Patrice. *Primeiras lições de sociologia de Pierre Bourdieu*. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. Textos. In: Ortiz, Renato (orgs.). *Pierre Bourdieu*. Trad.: Paula Monteiro e Alicia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Trad.: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006 [Org. Por Miceli, Sérgio.].

\_\_\_\_\_. *O capital social – notas provisórias*. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

\_\_\_\_\_. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (orgs.). *Escritos de Educação*. Petrópolis: Vozes, 2008.

CUNHA JÚNIOR, H. Indecisão dos pais frente à percepção da discriminação racial na escola pela criança. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, n. 63, p. 51-53, nov. 1987.

FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: Difel, 1972.

\_\_\_\_\_. Luta de classes, luta de raças. *Revista Teoria e Debate*. São Paulo, n. 02. p. 7-9, março, 1988.

FIGUEIREDO, Ângela. *Novas elites de cor – estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio A. O acesso de negros às universidades públicas. In: HASEMBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HOFBAUER, Andréas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

LAHIRE, Bernard. *Sucesso escolar nos meios populares – As razões do improvável*. Trad.: Ramon Américo Vasques. Sônia Goldfeder. São Paulo: Editora Ática, 2004.

MARTINS Ana Luiza, BARBUY, Heloisa. *Arcadas – Largo de São Francisco*. História da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

OLIVEIRA, Eliana de. *Mulher negra professora universitária – trajetória, conflitos e identidade*. São Paulo. Tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Departamento de Antropologia Social. Universidade de São Paulo, 2004.

ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Preconceito racial e igualdade jurídica no Brasil*. Dissertação de Mestrado em Direito defendida na Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1980.

\_\_\_\_\_, Eunice Aparecida de Jesus. *Direito à personalidade integral: cidadania plena*. Tese de Doutorado em Direito defendida na Faculdade de Direito de São Paulo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

SANTOS, Tereza Josefa Cruz dos. *Professores universitários negros: uma conquista e um desafio a permanecer na posição conquistada*. In: Oliveira, Iolanda de (orgs.). *Cor e magistério*. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e; SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs.). *Entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003

\*\*\*

#### **Sobre o autor:**

**Ricardo Alexandre da Cruz:** Pesquisador Colaborador do Núcleo de Estudos de Gênero PAGU da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Doutor em Educação (Sociologia da Educação) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História Política, Sociedade (EHPS) da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2013). Mestre em Educação (História da Educação) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação: História, Política, Sociedade da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP (2009). Especialização em Educação Especial pela Faveni. Graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de São João Del Rei-MG (2005). Foi professor na Educação Básica, no ensino superior nas Universidades Federais do Acre e de Rondônia; Atua nas áreas de Sociologia e História da Educação (com a temática Relações Étnico-Raciais e Educação, e atualmente tem iniciado trabalhos nas áreas de Educação Especial, Inclusão e Diversidade.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** 30 de setembro de 2020.

**Artigo aprovado para publicação em:** 01 de fevereiro de 2021.

\*\*\*

#### **Como citar:**

CRUZ, Ricardo Alexandre da. A trajetória da Professora Eunice de Jesus Prudente: mulher negra das camadas populares que se tornou advogada e Professora Titular da faculdade de direito da Universidade de São Paulo. *Revista Transversos*. Dossiê: O protagonismo da mulher negra na escrita da história das Áfricas e das Américas Ladinhas. Rio de Janeiro, n.º. 21, 2021. pp. 95-112.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528.  
DOI: 10.12957/transversos.2021.54886

